

## TERMO DE REFERÊNCIA

### Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a construção do Centro de Tecnologia Assistiva - CTA

*Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB / Barreiras - Ba*

<b>Contratante</b>	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão — FAPEX
<b>Demandante técnico</b>	<b>Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) — Centro das Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)</b>
<b>Projeto FAPEX</b>	<b>Projeto 180090 (Contrato 05/2026): Centro de Reabilitação e Mobilidade Humana, Construção do Campus Reitor Edgard Santos.</b> <b>Projeto 260005 (Contrato 04/2026): Implantação do Centro de Tecnologia Assistiva, no Campus Reitor Edgard Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia.</b>
<b>Base legal</b>	Lei nº 8.958/1994 e Decreto nº 8.241/2014
<b>Modalidade</b>	Seleção Pública (Arts. 8º a 19 do Decreto nº 8.241/2014)
<b>Tipo de julgamento</b>	<b>Maior desconto linear</b>
<b>Regime de execução</b>	<b>Empreitada por preço global</b>
<b>Valor estimado</b>	<b>R\$ 2.424.390,79 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa reais e setenta e nove centavos)</b>
<b>Prazo de execução</b>	<b>240 (duzentos e quarenta) dias corridos</b>
<b>Vigência contratual</b>	<b>365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos</b>

## 1. APRESENTAÇÃO E REGIME JURÍDICO

1.1. Este Termo de Referência (TR) é elaborado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX) a partir da demanda técnica formalizada pelo **Coordenador Responsável pelo Projeto Márcio Massao Kawano – Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) / Centro das Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)**, no âmbito da execução do **Projeto 180090 (Contrato 05/2026): Centro de Reabilitação e Mobilidade Humana, Construção do Campus Reitor Edgard Santos; e Projeto 260005 (Contrato 04/2026): Implantação do Centro de Tecnologia Assistiva, no Campus Reitor Edgard Santos, da Universidade Federal do Oeste da Bahia**, celebrado entre a IFES e a FAPEX, nos termos da Lei nº 8.958/1994.

1.2. A contratação é regida pelo regime jurídico próprio das fundações de apoio, fundado na Lei nº 8.958/1994 e regulamentado pelo Decreto nº 8.241/2014, que prevalece como *lex specialis* e disciplina a aquisição de bens, serviços e obras pela FAPEX para a execução de projetos vinculados a IFES apoiadas. Aplicam-se, subsidiariamente, o Código Civil, a teoria geral dos contratos e as normas do projeto/instrumento celebrado com o financiador.

1.3. Os princípios aplicáveis à contratação são os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, boa-fé objetiva, segregação de funções, proporcionalidade e razoabilidade.

1.4. A Lei nº 14.133/2021 não constitui regime obrigatório desta contratação. Quando referida no presente instrumento, presta-se exclusivamente como referencial voluntário de boas práticas, sem caráter vinculante.

## 2. OBJETO

2.1. Constitui objeto deste TR a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção do Centro de Tecnologia Assistiva – CTA, localizado no Campus Reitor Edgard Santos – CRES, localizado à rua da Prainha, nº 1326, Morada Nobre, CEP 47810-047, mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme projetos executivos, especificações técnicas e demais elementos constantes deste TR e seus anexos.

2.2. O objeto tem a natureza de "construção nova", sendo as suas características técnicas da edificação estão pormenorizadas nos Desenhos Técnicos, no Memorial Descritivo e Especificações Técnicas de Materiais e Serviços.

2.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens constam do Anexo III — Orçamento e Cronograma.

2.4. O contrato terá prazo de execução de **240 (duzentos e quarenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, e vigência total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados da data de assinatura.

## 3. JUSTIFICATIVA E VINCULAÇÃO AO PROJETO

3.1. **O Centro de Tecnologia Assistiva da UFOB a ser edificado nas dependências do Campus Reitor Edgard Santos (CRES), contará com área de espera, recepção, sanitários acessíveis, consultórios, sala de marcha, baropodometria e *inmotion*, além de sala para o isocinético, e área de apoio: terceirizados, DML e almoxarifado. A escolha do local, no CRES, se dará em função de decisão institucional, após todas as tratativas realizadas junto à Prefeitura Municipal de Barreiras para a implantação do Centro de Tecnologia Assistiva no município.**

**A construção e implantação de um Centro de Tecnologia Assistiva especializado no Oeste da Bahia para atender as pessoas com algum tipo de deficiência se justifica, considerando que a assistência para as pessoas com deficiências na área do aparelho locomotor é uma necessidade premente no Sistema Único de Saúde – SUS aliado à carência de estrutura nesta região para atender este paciente, em diferentes estágios de evolução.**

**Ademais, as diferentes etiologias que alteram o sistema músculo esquelético em desenvolvimento, desde as condições genéticas às formas adquiridas, contribuem também para alterações do comportamento e autoestima nas diferentes fases da vida, afastando-as do convívio social, com consequências danosas à qualidade de vida dessas pessoas, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes comprometendo seu desempenho não somente nas atividades físicas, mas, também intelectuais.**

**A UFOB procura desta maneira contribuir com a reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência e espera desta forma estar contribuindo com a reabilitação, o desenvolvimento e sua relação participativa no contexto social.**

A construção e implantação do Centro de Tecnologia Assistiva vai proporcionar aos estudantes da área da saúde da UFOB espaço físico adequado para o desenvolvimento de sessões de estudos clínicos, atividades relacionadas aos componentes curriculares de Práticas Médicas, Avaliação Nutricional, Nutrição Clínica e Atenção Farmacêutica, bem como realizar pesquisas e apresentação de trabalhos científicos.

O Projeto de construção para a implantação do Centro de Tecnologia Assistiva fundamenta-se na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Art. 1º.), e o Decreto Nº 10.645, de 11 de março de 2021, que dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva – PNTA.

Conforme a Lei Nº 13.146/15, a Tecnologia Assistiva (TA) ou ajuda técnica os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Art. 3º, inciso III). Dividida em recursos e serviços, sendo os recursos os produtos ou sistemas fabricados sob medida para permitir mais autonomia às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e os serviços, aqueles prestados por profissionais de diferentes áreas, que auxiliam durante o uso e adaptação dos recursos, o uso da TA é fundamental na reabilitação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A presente solicitação enquadra-se no rol de serviços, pois almeja contribuir a partir do envolvimento de profissionais acadêmicos lotados nos cursos de saúde da Universidade.

O município de Barreiras dispõe de um Centro Especializado em Reabilitação II, denominado Anibal Barbosa Filho (CER II), localizado no bairro São Miguel, que atende pacientes da cidade e de mais 36 municípios da macrorregião oeste, conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Barreiras (2022). A construção do Centro de Tecnologia Assistiva da UFOB contribuirá para a melhoria da saúde da população da região e do seu entorno, sendo um importante equipamento de saúde à região.

**3.2. A proposição de edificação para abrigar o Centro de Tecnologia Assistiva - CTA - UFOB visa atender a demanda de assistência às pessoas com dificuldades motoras, contribuindo com a reabilitação e inclusão social.**

O programa de necessidades da CTA levou em consideração a necessidade da implantação de edificação térrea, de pequeno porte e reproduzível, reduzindo custos de forma a viabilizar a construção com o recurso já destinado a esta obra. Optou-se por áreas de apoio comuns para terceirizados que atendem tanto a CTA como a Central Multiusuária de Análises - CMA.

A edificação é composta por sala de espera, recepção / administração, sala para equipamentos de TI, sanitários para PCDs, 03 consultórios médicos (02 indiferenciados e 01 para o aparelho Isocinético), sala de exame de marcha, baropodometria e *InMotion* (com vestiário) e apoio de terceirizados (com vestiários, copa, DML e almoxarifado da limpeza).

O partido arquitetônico adotado foi baseado nas necessidades e limitações de mobilidade dos usuários, nas restrições de implantação no terreno, na necessidade de instalações dos equipamentos oriundos da proposta e alternativas de elementos construtivos visando o conforto térmico e o melhor aproveitamento de recursos visando o custo/benefício de empreendimento. O resultado foi o projeto para uma construção em lâmina de formato retangular medindo 22,80m de comprimento, por 12,60m largura, totalizando uma área construída de 299,64m<sup>2</sup>. A implantação da lâmina está paralela ao estacionamento do Restaurante Universitário Provisório, afastado de forma a conformar uma praça de acesso à edificação, e perpendicular à via lateral do Campus Reitor Edgard Santos. Na fachada da edificação há a proposição de elementos vazados de concreto – cobogós e janelas em ângulo de forma a minimizar a insolação direta, tornando a edificação termicamente mais eficiente.

A estrutura será de concreto armado e as fundações são sapatas. As vedações serão de blocos cerâmicos obedecendo dimensões e alinhamentos determinados no projeto arquitetônico e seus detalhes. As espessuras indicadas referem-se às paredes e estruturas depois de revestidas.

**Deverão ser consultados e seguidos, rigorosamente, as Especificações Técnicas, parte integrante do Projeto Básico.**

3.3. A presente contratação está vinculada a projeto específico celebrado entre a IFES apoiada e a FAPEX, com previsão expressa da despesa no Plano de Trabalho aprovado e disponibilidade orçamentária e financeira verificada pela Gerência de Projetos (GEPRO/FAPEX).

## **4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os requisitos de habilitação observam os arts. 19 a 22 do Decreto nº 8.241/2014 e o princípio da proporcionalidade, dimensionados conforme o porte e a complexidade do objeto.

### **4.2. Habilitação jurídica**

4.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial competente, com prova da última alteração, se houver.

4.2.2. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.3. Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) e procuração, se for o caso.

### **4.3. Regularidade fiscal e trabalhista**

4.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União).

4.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.

4.3.3. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) — Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).

4.3.4. Prova de regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT).

4.3.5. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), quando exigida em separado.

### **4.4. Qualificação técnica**

4.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu (s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conforme a habilitação profissional pertinente.

4.4.2. No caso de a licitante ou de seu responsável técnico não estarem registrados no CREA/CAU/CFT do Estado da Bahia, deverão providenciar os respectivos vistos junto ao órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

#### 4.4.3 Qualificação Técnico-Operacional

4.4.3.1 Comprovação de aptidão da empresa licitante para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, certificado pelo conselho profissional competente.

4.4.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato (s) executado (s) não cumulativos com as seguintes características mínimas em:

**4.4.3.1.1.1. Execução de 150 m<sup>2</sup> de construção predial com estrutura de concreto armado;**

**4.4.3.1.1.2. Execução de estrutura metálica com 1500kg.**

#### 4.4.4. Qualificação Técnico-Profissional

4.4.4.1 Apresentação do (s) profissional (is), abaixo indicado (s), devidamente registrado (s) no conselho profissional competente, detentor (es) de **Certidão de Acervo Técnico - CAT** com execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado (s):

**4.4.4.1.1 Para Engenheiro Civil ou Arquiteto, com execução de obra civil predial com estrutura de concreto armado e estrutura metálica;**

4.4.5. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro permanente da licitante na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal o sócio que comprove vínculo por contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado registrado em CTPS ou o prestador de serviços com contrato escrito ou declaração de compromisso de vinculação futura.

4.4.6. No decorrer da execução, o responsável técnico poderá ser substituído, nos termos do art. 21 do Decreto nº 8.241/2014, por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia e expressa pela FAPEX e pela fiscalização técnica da UFOB.

### 4.5. Declarações e compromissos

4.5.1. Declaração de aparelhamento e pessoal técnico, formal, de que a licitante disporá, por ocasião da contratação, de instalações, aparelhamento e pessoal técnico essenciais à execução do objeto.

4.5.2. Declaração de inexistência de relação de parentesco, na forma do art. 34 do Decreto nº 8.241/2014, entre os sócios, dirigentes ou empregados da licitante e os dirigentes da FAPEX ou da IFES apoiada, bem como entre estes e os coordenadores do projeto ao qual a contratação se vincula.

4.5.3. Declaração de cumprimento da legislação trabalhista quanto ao trabalho de menores, observado o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.5.4. Declaração formal assinada pelo Responsável Técnico de que o licitante tomou conhecimento pleno de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação.

4.6. É vedada a participação de cooperativas, em razão da natureza dos serviços, que pressupõem subordinação, pessoalidade e habitualidade incompatíveis com o regime cooperativista.

4.7. Para contratos de obras e serviços de engenharia, as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira são proporcionais ao porte e à complexidade do objeto.

## 5. VISTORIA

5.1. É facultada a vistoria prévia ao local de execução, mediante agendamento por correio eletrônico (**ddf.proplan@ufob.edu.br**) e **licitacao@fapex.org.br**, no horário das **08h às 17h**, de segunda a sexta-feira. O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte à publicação do TR e estender-se-á até o segundo dia útil anterior à abertura da sessão pública.

5.2. A não realização da vistoria implica declaração tácita de pleno conhecimento das condições do local e não exonera a Contratada de qualquer obrigação assumida em decorrência da contratação. Caso opte por realizá-la, o representante legal ou preposto deverá comparecer munido de documento de identidade civil e documento expedido pela empresa identificando-o.

## 6. EXECUÇÃO E GESTÃO

### 6.1. Forma de execução

6.1.1. A execução do serviço será iniciada com o recebimento da Ordem de Fornecimento, observando-se as etapas do cronograma físico-financeiro aprovado.

6.1.2. É facultada à Contratada, ao receber a Ordem de Fornecimento, apresentar novo cronograma físico-financeiro, ajustando as etapas, desde que não ultrapasse os prazos contratuais. A fiscalização poderá aceitá-lo ou não; em caso de não aceitação, prevalecerá o cronograma apresentado no certame.

6.1.3. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com o cronograma físico aprovado.

6.1.4. A verificação da conformidade da prestação será realizada com base nos projetos executivos, memoriais descritivos e especificações técnicas anexos.

6.1.5. Concluídos os serviços, a Contratada apresentará comunicação escrita à fiscalização, que adotará as providências para o recebimento provisório e, posteriormente, definitivo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

6.2.1. A FAPEX figura como gestora do contrato, exercendo os atos de coordenação administrativa, controle financeiro, formalização contratual e relacionamento institucional com a Contratada.

6.2.2. A fiscalização técnica é exercida pela UFOB apoiada, por meio da Coordenadoria de Infraestrutura – CINFRA, vinculada à Diretoria de Desenvolvimento Físico – DDF/PROPLAN/UFOB, mediante designação formal de Fiscal Técnico e Fiscal Técnico de Apoio em portaria específica.

6.2.3. O Fiscal Técnico responde pela conformidade da execução com o objeto contratado; o Fiscal Técnico de Apoio responde pelo cumprimento do projeto executivo e pelo desenvolvimento dos detalhamentos necessários à execução.

6.2.4. A Contratada deverá manter comunicação contínua com a fiscalização técnica, informando o andamento da execução e cumprindo as recomendações técnicas para a execução dos trabalhos.

6.2.5. Reuniões técnicas e administrativas serão realizadas, por iniciativa de qualquer das partes, para o encaminhamento das soluções dos problemas que surgirem durante a execução.

6.2.6. A fiscalização, no exercício das atribuições previstas no contrato, deve atuar de forma preventiva, rotineira e sistemática, sem caracterização de subordinação trabalhista entre os empregados da Contratada e a Contratante.

### **6.3. Materiais, ferramentas e equipamentos**

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades discriminadas na planilha orçamentária, promovendo sua substituição quando necessário e mantendo, no local da execução, padrão técnico compatível com o objeto.

### **6.4. Diário de Obra**

6.4.1. A Contratada manterá Diário de Obra no local da execução, em três vias, com capa resistente e páginas numeradas em sequência, rubricadas pela fiscalização.

6.4.2. O preenchimento será diário, pelo responsável técnico da Contratada, contendo informações sobre o andamento dos serviços, número de funcionários, equipamentos, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências, comunicados à fiscalização e situação em relação ao cronograma.

6.4.3. Diariamente, a fiscalização tomará ciência do diário, registrará suas observações e destacará a segunda via para arquivo. A terceira via permanecerá em poder da Contratada.

6.4.4. A primeira via, ao final de cada mês, será encaminhada à fiscalização técnica, juntamente com o boletim de medição.

## **7. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, BDI E PRECIFICAÇÃO**

### **7.1. Orientações gerais**

7.1.1. Cabe à licitante a verificação e avaliação de todos os itens listados na planilha orçamentária (quantidades e preços unitários) para a formação do preço da contratação.

7.1.2. É vedada a alteração dos itens e quantitativos constantes da planilha orçamentária.



7.1.3. Em caso de discordância quanto a quantitativos ou preços apresentados, a licitante deverá impugnar o instrumento convocatório no prazo estabelecido, acompanhada de memória de cálculo.

7.1.4. Nenhuma licitante poderá ofertar preços unitários superiores aos do orçamento da Contratante, correspondentes à mediana do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI / BA.

7.1.5. A planilha orçamentária da Contratante adota o SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil, custo para a Bahia, elaborada pela Caixa Econômica Federal; o ORSE – Sistema de Orçamento de Obras do Estado de Sergipe, elaborado pelo Governo do Estado de Sergipe; SBC – Salvador; SIURB INFRA – São Paulo; SEINFRA – Fortaleza; Embasa – Bahia e AGETOP CIVIL – Goiás com desoneração, conforme justificativas constantes na Justificativa de Formação de Preços da Planilha Orçamentária com Desoneração; empresas optantes pelo regime oposto não poderão apresentar preços superiores ao mesmo sistema referencial no regime correspondente.

7.1.6. A Contratada deverá computar nos preços unitários e no BDI todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais e demais elementos necessários à completa execução, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União em matéria de composição de preços.

7.1.7. Após a adjudicação, não serão aceitas reclamações de alteração de preços sob alegações de perdas não consideradas, projetos incompletos, quantitativos incorretos ou dificuldades de entrega de materiais especificados.

## **7.2. Cálculo do BDI**

7.2.1. Para o cálculo da composição do BDI será adotada a fórmula constante do Manual de Orientações para a Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União, considerada referência técnica de boas práticas:

$$BDI = [(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L) / (1 - I)] - 1$$

Onde: AC = administração central; S = seguros; R = riscos e imprevistos; G = garantias; DF = despesas financeiras; L = lucro; I = tributos (PIS, COFINS, CPRB e ISS).

7.2.1. A licitante deverá apresentar, junto à proposta, a memória de cálculo do BDI conforme a fórmula acima e o modelo constante do Anexo III, contendo as taxas adotadas para cada componente.

7.2.2. A não apresentação da memória de cálculo do BDI implicará desclassificação da licitante.

7.2.3. Os percentuais de BDI poderão divergir do apresentado pela Contratante desde que devidamente justificados; em qualquer hipótese, o valor total dos serviços não poderá ser superior ao valor estimado da contratação.

7.2.4. Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS na composição do BDI compatíveis com as alíquotas previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.5. Em caso de isenção tributária, deverá ser apresentada a norma legal que a concedeu.

## **7.3. Encargos sociais e composições analíticas**



7.3.1. A licitante deverá apresentar, junto à proposta, planilha de composição de encargos sociais, no modelo do Anexo III ou em planilha equivalente compatível com o sistema referencial adotado, devidamente preenchida e assinada.

7.3.2. A licitante deverá igualmente apresentar planilha com as composições analíticas de cada serviço constante da planilha orçamentária, em meio físico e digital, conforme modelo do Anexo III ou planilha equivalente.

7.3.3. A não apresentação das composições analíticas de serviços implicará desclassificação da licitante.

## **8. ADITIVOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **8.1. Aditivos de insumos novos**

8.1.1. Em caso de aditivo de itens não previstos na planilha inicial contratada, a precificação adotará os seguintes critérios, em ordem de preferência:

8.1.1. Retroação do preço do novo item para a data-base da proposta inicial, utilizando o índice contratual de reajuste, com aplicação do deságio do contrato; ou

8.1.2. Quando o item constar de sistema referencial (SINAPI, SICRO, ORSE), adoção dos preços antigos com a data-base da proposta inicial e aplicação do deságio.

8.1.3. Sempre que possível, a composição dos serviços adotará os valores de insumos já contratados, com aplicação do deságio.

8.1.4. Decorridos doze meses, os itens aditados serão reajustados na forma do Capítulo 11.

### **8.2. Reequilíbrio econômico-financeiro**

8.2.1. Será promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução tal como pactuada, observada a repartição objetiva de riscos do contrato, conforme arts. 317 e 478 a 480 do Código Civil.

8.2.2. Não cabe reequilíbrio econômico-financeiro nas seguintes hipóteses:

8.2.2.1. Preços inexequíveis para determinado item ofertados pela própria Contratada.

8.2.2.2. Variação isolada do preço de um único insumo, sendo que a aferição da equidade do contrato depende de exame global da avença, considerada a possibilidade de reduções compensatórias em outros itens.

8.2.2.3. Variação de preços, para mais ou para menos, em relação aos preços reajustados, situação previsível e absorvida pela alea ordinária do contrato.

## **9. SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, mantida a responsabilidade integral da Contratada perante a FAPEX, nos termos do art. 36 do Decreto nº 8.241/2014 e do Código Civil.

9.2. A subcontratação parcial é permitida até o limite de **20% (vinte)** do valor total do contrato, mediante autorização prévia da Contratante, que avaliará a qualificação técnica da subcontratada e a regularidade fiscal e trabalhista.

9.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da execução, a relação dos serviços a subcontratar, os documentos de habilitação da subcontratada e o compromisso desta de cumprimento das cláusulas trabalhistas, previdenciárias e de integridade aplicáveis.

9.4. Não poderão ser objeto de subcontratação os serviços cuja execução tenha sido objeto de comprovação de habilitação técnica específica no certame.

9.5. Em caso de extinção da subcontratação, a Contratada substituirá a subcontratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo o percentual originalmente subcontratado, ou demonstrará a inviabilidade da substituição, hipótese em que assumirá a parcela originalmente subcontratada.

9.6. A Contratada permanece integralmente responsável pela perfeita execução contratual, incluída a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada e o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias correspondentes.

9.7. A exigência de subcontratação não se aplica quando a licitante for microempresa, empresa de pequeno porte ou consórcio composto totalmente ou parcialmente por tais empresas, na proporção do percentual exigido.

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. Obrigações da Contratante (FAPEX)**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme cláusulas contratuais e termos da proposta.

10.1.2. Exercer, por meio da fiscalização técnica designada pela IFES apoiada, o acompanhamento e a fiscalização da execução, com registro próprio das ocorrências.

10.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, das eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando prazo para correção.

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação, conforme cronograma físico-financeiro, observado o disposto no Capítulo 11.

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura, na forma da legislação tributária.

10.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, em especial: (i) exercício de poder de mando sobre seus empregados; (ii) direcionamento da contratação de pessoas para a Contratada; (iii) desvio de função dos trabalhadores.

10.1.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após o recebimento.

10.1.8. Arquivar os documentos relativos ao contrato, incluídos projetos, as built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios de inspeção e notificações expedidas.

### **10.2. Obrigações da Contratada**

10.2.1. Executar os serviços conforme as especificações deste TR, da proposta, dos projetos executivos e do contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade mínimas especificadas, bem como equipamentos de proteção individual aos seus empregados.

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, na forma dos arts. 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e dos arts. 441 a 446 e 618 do Código Civil.

10.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal Técnico, os serviços com vícios, defeitos ou incorreções.

10.2.4. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o instrumento contratual e o TR, bem como substituir os realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observado o art. 618 do Código Civil.

10.2.5. Utilizar empregados habilitados, com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.2.6. Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que tenha relação de parentesco vedada pelo art. 34 do Decreto nº 8.241/2014 com dirigentes da FAPEX ou da IFES apoiada, ou com os coordenadores do projeto ao qual se vincula a contratação.

10.2.7. Apresentar mensalmente, ao Fiscal Técnico, prova de regularidade junto à Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

10.2.8. Cumprir as obrigações previstas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria abrangida pelo contrato, bem como a legislação trabalhista, previdenciária e tributária, cuja inadimplência não se transfere à Contratante.

10.2.9. Comunicar ao Fiscal Técnico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente.

10.2.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho — incluídos equipamentos e instalações — em condições adequadas às normas de saúde, segurança e bem-estar.

10.2.11. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Contratante ou seus prepostos, garantindo acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução.

10.2.12. Promover a guarda, a manutenção e a vigilância de materiais, ferramentas e demais elementos necessários à execução.

10.2.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou de bens de terceiros.

10.2.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.2.15. Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, nem o trabalho do menor de 18 anos em condições insalubres, perigosas ou noturnas.

10.2.16. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, comprovando-as quando solicitado pela Contratante.

10.2.17. Cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social, conforme a Lei nº 13.146/2015.

10.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, ressalvadas as hipóteses de alteração do projeto pela Contratante e atrasos na execução por sua causa.

10.2.20. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao local de execução.

10.2.21. Assegurar à Contratante (FAPEX) e à demandante técnica (IFES apoiada) o direito de propriedade intelectual sobre produtos desenvolvidos, adequações e atualizações, bem como os direitos autorais da solução, do projeto, das especificações técnicas e da documentação produzida, mediante autorização expressa para uso, distribuição e modificação.

10.2.22. Realizar a transição contratual, mediante transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuar a execução.

10.2.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pela fiscalização.

10.2.24. Manter o pessoal devidamente uniformizado e identificado por crachá com fotografia recente, e provê-lo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

10.2.25. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o local de execução.

10.2.26. Atender às solicitações da fiscalização quanto à substituição de empregados, no prazo fixado, nos casos de descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.2.27. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação para representá-la na execução do contrato, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.2.28. Instruir os empregados quanto à prevenção de incêndios e ao cumprimento das normas de segurança aplicáveis.

10.2.29. Adotar as providências e precauções necessárias para que não sejam danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação existentes.

10.2.30. Providenciar, junto ao CREA, CAU e/ou CFT, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou equivalentes referentes ao objeto do contrato e às especialidades pertinentes, conforme a Lei nº 6.496/1977 e a Lei nº 12.378/2010.

10.2.31. Obter junto aos órgãos públicos as licenças necessárias e demais autorizações exigíveis.

10.2.32. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros e por qualquer causa de destruição, danificação ou defeito dos serviços ou bens da Contratante, de seus empregados ou de terceiros.

10.2.33. Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e às suas expensas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados, conforme procedimento previsto nos anexos.

10.2.34. Manter, no local da execução, o responsável técnico com a dedicação prevista na planilha orçamentária, para suporte e supervisão das atividades.

10.2.35. Manter, durante a execução, equipe técnica residente em tempo integral, conforme necessidade prevista no plano de trabalho, aceita pela fiscalização técnica da IFES apoiada, que representará o responsável técnico na sua ausência.

10.2.36. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas e tributários resultantes da execução, sem repercussão sobre a Contratante.

10.2.37. Comprovar, ao longo da vigência, a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, quando aplicável.

10.2.38. Cumprir as práticas para promoção do desenvolvimento sustentável, na forma do Decreto nº 7.746/2010 e da legislação ambiental correlata, em especial: (i) utilização de matéria-prima florestal de origem comprovadamente legal; (ii) destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, na forma da Resolução CONAMA nº 307/2002; (iii) observância dos limites de emissão de poluentes da Resolução CONAMA nº 382/2006; (iv) observância dos níveis de ruído da NBR-10.151 e NBR-10.152, conforme Resolução CONAMA nº 01/1990; (v) utilização preferencial de agregados reciclados, quando disponíveis, com custo inferior aos naturais.

10.2.39. Manter o local da execução organizado e limpo durante toda a vigência, com armazenamento adequado de entulho, e responsabilizar-se pela manutenção do tapume, quando aplicável.

10.2.40. Sujeitar-se à rescisão contratual e às sanções cabíveis em caso de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas ou de não recolhimento das contribuições sociais e do FGTS dos empregados que efetivamente participarem da execução.

10.2.41. Apresentar à Contratante, quando solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS de seus empregados na execução do contrato, e aceitar a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até a regularização da situação, ou, persistindo o inadimplemento por 15 dias, o pagamento direto aos empregados envolvidos pela Contratante.

## **11. MEDIÇÕES E PAGAMENTO**

### **11.1. Medições**

11.1.1. Os serviços serão medidos pelas quantidades efetivamente executadas, mediante aprovação pela fiscalização técnica da IFES apoiada nas unidades especificadas na planilha orçamentária.

11.1.2. As medições são mensais e fechadas no último dia útil do mês, englobando os serviços executados e aprovados pela fiscalização durante o período.

11.1.3. A Contratada apresentará a prévia da medição ao Fiscal Técnico até o dia 25 de cada mês.

11.1.4. O Fiscal Técnico terá 5 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, a prévia, e para avaliar a conformidade dos serviços executados.

11.1.5. O Fiscal Técnico, juntamente com o responsável técnico da Contratada, realizará vistoria in loco para conferência da prévia da medição.

11.1.6. Após a autorização da fiscalização, a Contratada protocolará o boletim de medição em via física e digital (formatos doc e xls) na fiscalização técnica, até o quinto dia útil do mês subsequente, para encaminhamento ao setor financeiro responsável e à FAPEX.

11.1.7. A apresentação da medição (já aprovada) após o 5º dia útil do mês subsequente importará na responsabilidade da Contratada pelas consequências fiscais decorrentes da extemporaneidade.

11.1.8. A Contratada emitirá nota fiscal/fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição e da memória de cálculo detalhada.

11.1.9. A medição final será emitida com o recebimento definitivo dos serviços, na forma do Capítulo 13.

11.1.10. Não serão aceitas medições com itens em percentuais ou em verbas; entende-se como serviço executado a finalização dos elementos projetuais, e não meros componentes postos no local.

## **11.2. Documentação técnica do boletim de medição**

11.2.1. Ofício de encaminhamento.

11.2.2. Nota fiscal/fatura, com indicação da medição correspondente.

11.2.3. Planilha do boletim de medição, com todos os serviços contratados e os pagos no período, com memória de cálculo detalhada.

11.2.4. Cronograma físico-financeiro atualizado, com previsão e realização do período.

11.2.5. Relatório fotográfico em papel timbrado, enumerado, identificando a etapa e os serviços medidos, em quantidade suficiente.

11.2.6. Cópias das notas fiscais de materiais e equipamentos que tenham dado entrada no local de execução, com carimbo e assinatura da fiscalização.

11.2.7. Cópias dos contratos de aluguel de máquinas e equipamentos e de serviços especializados, com endereço do local de execução em vigor.

11.2.8. Especificações técnicas dos materiais, equipamentos e serviços fornecidas pelos fabricantes, comprovando o atendimento ao projeto e à planilha.

11.2.9. Planejamento da execução para o mês subsequente.

11.2.10. Relatório de medidas de segurança e de utilização de EPIs.

11.2.11. Relatório de controle tecnológico do concreto (ABNT NBR 5738:2015), com retirada e ensaio de corpos de prova, conforme procedimento previsto no projeto e nas especificações técnicas.

## **11.3. Documentação trabalhista do boletim de medição**



11.3.1. Cópia da declaração SEFIP (ou equivalente vigente) do mês anterior ao da medição, comprovando o cumprimento das obrigações previdenciárias (INSS) e do FGTS, e de eventuais rescisões trabalhistas.

11.3.2. Folha de pagamento do mês anterior à medição, dos empregados utilizados na execução dos serviços.

11.3.3. Carteiras de trabalho ou comprovação equivalente dos profissionais técnicos da administração local da execução, com as respectivas frequências do mês.

#### **11.4. Pagamento**

11.4.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do boletim de medição com a nota fiscal/fatura e os documentos comprobatórios das obrigações da Contratada, desde que estes não apresentem pendência que enseje revisão.

11.4.2. O pagamento da última fatura (medição final) está condicionado ao recebimento definitivo dos serviços, conforme Capítulo 13.

11.4.3. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante apresentação das certidões previstas no item 4.3.

11.4.4. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularizar a situação ou apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.4.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as providências contratuais cabíveis, inclusive a rescisão do contrato com a Contratada inadimplente, salvo motivo de relevante interesse público devidamente justificado.

11.4.6. O setor competente para o pagamento verificará se a nota fiscal ou fatura contém os elementos essenciais (prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e da Contratante, período da prestação, valor a pagar e eventual destaque de retenções tributárias). Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a Contratante.

11.4.7. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, ressalvada a hipótese de Contratada optante pelo Simples Nacional, que apresentará a declaração competente para isenção das retenções abrangidas pelo regime.

11.4.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

11.4.9. O pagamento será efetuado por ordem bancária ou outro meio previsto na legislação vigente, mediante depósito em conta corrente indicada pela Contratada.

11.4.10. Em caso de atraso de pagamento por causa não atribuível à Contratada, será devida compensação financeira calculada pela fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde EM são os encargos moratórios; N é o número de dias entre o vencimento e o efetivo pagamento; VP é o valor da parcela; I é o índice de compensação financeira (0,00016438), correspondente à taxa anual de 6%.

11.4.12. Em caso de etapas não concluídas previstas no cronograma, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

11.4.13. Havendo reincidência sem causa justificada, aplicar-se-ão notificação e a multa prevista no Capítulo 15.

11.4.14. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo Fiscal Técnico, da nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos.

## **12. REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contado da data limite para apresentação das propostas.

12.2. Dentro do prazo de vigência e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de reajuste — Índice Nacional de Custo da Construção - INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou de não divulgação do índice, a Contratante pagará à Contratada o valor calculado pela última variação conhecida, liquidando-se a diferença tão logo divulgado o índice definitivo, mediante memória de cálculo apresentada pela Contratada.

12.5. Caso o índice contratual venha a ser extinto ou inutilizável, será adotado o índice substituto previsto na legislação vigente ou, na ausência, índice oficial elegido pelas partes mediante termo aditivo.

12.6. O reajuste será formalizado por termo aditivo ao contrato.

## **13. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

### **13.1. Recebimento provisório**

13.1.1. Concluídos os serviços, a Contratada apresentará comunicação escrita à fiscalização técnica.

13.1.2. A fiscalização realizará inspeção minuciosa, acompanhada dos profissionais responsáveis pela execução, para verificar a adequação e relacionar arremates, retoques e revisões finais necessários, incluídas as verificações de funcionamento das instalações e equipamentos.

13.1.3. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos do recebimento da comunicação da Contratada, o Fiscal Técnico elaborará o Termo de Recebimento Provisório (relatório circunstanciado) e o encaminhará ao gestor do contrato.

13.1.4. O relatório conterá o registro, a análise e a conclusão sobre as ocorrências da execução, em relação à fiscalização técnica e administrativa, e os documentos pertinentes.

13.1.5. Será considerada como ocorrida a entrega do relatório circunstanciado, ou, em havendo mais de um, com a entrega do último.

13.1.6. Não procedida a verificação tempestivamente, reputar-se-á realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo, salvo se o atraso decorrer de culpa da Contratada.

### **13.2. Recebimento definitivo**

13.2.1. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do recebimento provisório, o gestor do contrato, na FAPEX, providenciará o recebimento definitivo, com base nos relatórios e na documentação apresentada pela fiscalização técnica.

13.2.2. Será designada comissão composta de 3 (três) integrantes para análise dos relatórios e demais documentos. Constatadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, serão indicadas as cláusulas contratuais pertinentes e solicitadas, por escrito, as correções.

13.2.3. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado em até 90 (noventa) dias após o Termo de Recebimento Provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade dos serviços e materiais empregados.

13.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais.

13.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste TR e da proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo Fiscal Técnico, às expensas da Contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## **14. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida prestação de garantia pela Contratada, na forma do art. 22, II, do Decreto nº 8.241/2014, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação formal da Contratante, como condição para a assinatura do contrato.

14.2. Nas contratações cuja proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Contratante, será exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta.

14.3. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

14.3.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

14.3.2. Seguro-garantia;

14.3.3. Fiança bancária.

14.4. A inobservância do prazo de apresentação acarretará multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento.

14.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto e do não adimplemento das demais obrigações;

14.5.2. Prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo da Contratada durante a execução;

14.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante;

14.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias e relativas ao FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber;

14.5.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos acima.

14.6. A garantia em dinheiro será efetuada em conta específica, com correção monetária.

14.7. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelo seu valor econômico.

14.8. Na fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.9. No caso de alteração do valor do contrato ou de prorrogação da vigência, a garantia será ajustada à nova situação ou renovada, observados os mesmos parâmetros da contratação.

14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação.

14.11. Será considerada extinta a garantia:

14.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante de cumprimento do contrato pela Contratada.

14.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, hipótese em que o prazo será ampliado nos termos da comunicação.

## 15. SANÇÕES

15.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções a seguir, observados o contraditório, a ampla defesa e o princípio da proporcionalidade, com aplicação fundamentada no contrato e no Código Civil:

<b>Advertência</b>	Faltas leves: descumprimento contratual sem prejuízo significativo ao serviço.	Por escrito
<b>Multa moratória</b>	Atraso na execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro.	0,2% por dia sobre o valor da medição mensal, limitada a 10% do valor total do contrato

<b>Multa compensatória branda</b>	Inexecução parcial do contrato.	De 5% a 10% sobre o valor total do contrato, conforme gravidade
<b>Multa compensatória severa</b>	Inexecução parcial que cause grave dano à Contratante ou ao projeto, ou inexecução total.	De 10% a 15% sobre o valor total do contrato
<b>Rescisão</b>	Inexecução total, prática de fraude, ato lesivo, descumprimento reiterado das obrigações ou comportamento inidôneo.	Cumulada com a multa compensatória cabível
<b>Vedação de participação em seleções públicas FAPEX</b>	Inexecução parcial grave, inexecução total ou prática de ato fraudulento.	Por prazo de até 2 (dois) anos, conforme gravidade
<b>Descredenciamento da Rede de Fornecedores Credenciados</b>	Aplicável quando a Contratada integrar a Rede de Fornecedores Credenciados da FAPEX.	Por prazo de até 5 (cinco) anos, conforme gravidade

15.2. As multas previstas no item 15.1 (multa moratória, multa compensatória branda e multa compensatória severa), somadas, não excederão 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, salvo nos casos de fraude ou ato lesivo, em que o teto não se aplica.

15.3. As sanções podem ser aplicadas cumulativamente, observada a gradação proporcional à gravidade da conduta, ao caráter educativo da pena e ao dano causado à Contratante, ao projeto ou à IFES apoiada.

15.4. Caracterizam infração grave, sujeita a multa compensatória severa e demais sanções cabíveis:

15.4.1. Apresentar documentação ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato.

15.4.2. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.4.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), seja contra a Contratante (FAPEX), seja contra a IFES apoiada enquanto demandante técnica.

15.5. Indícios de prática de ato lesivo nos termos da Lei nº 12.846/2013 ensejarão o encaminhamento de cópia do processo administrativo à autoridade competente da IFES apoiada para ciência e decisão sobre eventual instauração de processo administrativo de responsabilização, sem prejuízo da apuração interna pela FAPEX quanto aos efeitos contratuais correspondentes.

15.6. Em caso de risco iminente de dano de difícil ou impossível reparação, a Contratante poderá adotar, motivadamente, medidas acauteladoras — inclusive a retenção de pagamento — fundamentadas no contrato e no princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil), sem prejuízo da prévia manifestação da Contratada nos termos da cláusula contratual aplicável.

15.7. As multas devidas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos das parcelas devidas à Contratada (medições) ou da garantia prestada e, persistindo o débito, cobrados extrajudicial ou judicialmente, conforme o art. 419 do Código Civil.

15.8. A multa, quando determinada a recolhimento direto, deverá ser quitada no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação.

15.9. A aplicação das sanções respeitará o devido processo, com prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa, prorrogável a critério da Contratante, e com decisão fundamentada submetida à autoridade competente da FAPEX.

## **16. INTEGRIDADE, ÉTICA E VEDAÇÕES**

### **16.1. Vedação ao direcionamento e à fraude**

16.1.1. É vedado qualquer ato que tenha por objetivo o direcionamento da contratação a fornecedor específico, mediante exigências técnicas, prazos ou condições incompatíveis com o objeto, a prática de conluio entre licitantes ou a manipulação do procedimento.

16.1.2. A constatação de tais condutas configurará infração grave, sujeitando o infrator às sanções do Capítulo 15 e à comunicação aos órgãos competentes.

### **16.2 Conflito de interesses**

16.2.1. A Contratada manterá, durante toda a vigência do contrato, política interna de prevenção de conflito de interesses entre seus empregados envolvidos na execução e os representantes da Contratante ou da IFES apoiada, comunicando à Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer situação que possa configurar tal conflito.

### **16.3. Compromisso com a Lei Anticorrupção**

16.3.1. A Contratada compromete-se a observar a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), abstendo-se da prática de quaisquer atos lesivos contra a FAPEX, a IFES apoiada, a Administração Pública nacional ou estrangeira, e adotando programa de integridade compatível com seu porte.

## **17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

17.1. Será admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que: (i) a nova pessoa jurídica observe todos os requisitos de habilitação exigidos no certame original; (ii) sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratuais; (iii) não haja prejuízo à execução do objeto; (iv) haja anuência expressa da Contratante.

## **18. LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS**

18.1. A Contratada será responsável pela observância das normas, regulamentos, instruções e demais disposições aplicáveis ao objeto, em especial:

18.1. Constituição Federal, Lei nº 8.958/1994, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 8.241/2014.

18.2. Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

18.3. Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 11.129/2022 (Lei Anticorrupção e regulamentação).



18.4. Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis ao objeto, em especial: NBR 6120 - ações para o cálculo de estruturas de edificações; NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto – procedimento; NBR 6122:1996 - Projeto e execução de fundações – Procedimento; NBR 6123: 1988 - Forças devido ao vento em edificações; NBR 14931:2003 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento; ABNT NBR 8681:2003 - Ações e segurança nas estruturas – Procedimento; NBR 12654:1992 - Controle tecnológico de materiais componentes do concreto Procedimento NBR 12655:2015 - Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento; NBR 7480:1996 – Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado – Especificação; NBR 15200:2012 - Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio – Procedimento; NBR 7190, NBR 15696, NBR 9532 específicas para confecção de formas e escoramentos; NBR 16401 (climatização), NBR 5410 (instalações elétricas), NBR 5626 (instalações hidráulicas), NBR 9050 (acessibilidade).

18.5. Regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

18.6. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NRs), em especial NR-4 a 7, NR-10 a 12, NR-15 a 18, NR-21, NR-23 e 24, NR-26, NR-34 e 35.

18.7. Instruções e resoluções do sistema CONFEA/CREA/CAU/CFT.

18.8. Sistema referencial de custos adotado e sistemas correlatos (SINAPI/SICRO/ORSE), conforme o caso.

18.9. Normas do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes.

18.10. Códigos, leis de uso e ocupação do solo e regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis.

18.11. Demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não especificamente listadas.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A fiscalização técnica realizará verificação das condições de funcionamento e segurança de todos os serviços executados, lavrando os termos e relatórios pertinentes.

19.2. O foro competente para dirimir as questões oriundas do contrato é o da **Subseção Judiciária de Barreiras - Seção Judiciária da Bahia - Justiça Federal**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos: (i) primeiramente, pelo Decreto nº 8.241/2014; (ii) em seguida, pelo Manual de Compras e Contratações FAPEX 2026; (iii) supletivamente, pelo Código Civil e pelas regras gerais de direito privado; (iv) por último, e em caráter de boa prática, pela Lei nº 14.133/2021, na medida da compatibilidade material com o regime próprio da FAPEX.

## ANEXOS

São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- Anexo I — Memorial descritivo e especificações técnicas.
- Anexo II — Peças gráficas e documentos técnicos (projetos executivos).

- Anexo III — Planilha orçamentária, modelo de BDI, composição analítica de encargos sociais e cronograma físico-financeiro.
- Anexo IV - ARTs
- Anexo V — Modelos de Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo.
- Anexo VI — Declaração de conhecimento das condições e do grau de dificuldade do objeto.
- Anexo VII — Declaração de inexistência de relação de parentesco (art. 34 do Decreto nº 8.241/2014).
- Anexo VIII — Declaração de aparelhamento e pessoal técnico.
- Anexo IX — Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas relativas a menores.

**Barreiras**, 22 de maio de 2026.

---

**Michelle Fátima de Medeiros**

*Arquiteta e Urbanista | CAU-BR A63609-6 | matrícula SIAPE 2243388*

---

**Márcio Massao Kawano**

*Centro das Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS | matrícula SIAPE 231956*

---

**Aprovação institucional — FAPEX**

*Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC)*